

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone 517 700 Cables: AU, ADDIS ABABA

CONSELHO EXECUTIVO
Vigésima Quarta Sessão Ordinária
21-28 de Janeiro de 2014
Adis Abeba, ETIÓPIA

EX.CL/802(XXIV)vii
Original: Inglês

**RELATÓRIO DO SUBCOMITÉ SOBRE QUESTÕES ECONÓMICAS E
DO COMÉRCIO**

RELATÓRIO DO SUBCOMITÉ SOBRE QUESTÕES ECONÓMICAS E DO COMÉRCIO

A. INTRODUÇÃO

1. O Subcomité sobre Questões Económicas e do Comércio reuniu-se nos dias 10 e 13 de Dezembro de 2013, com objectivo de analisar a agenda indicada no parágrafo 3 a seguir.

B. PRESENÇAS

2. Participaram na reunião treze (13) dos quinze (15) membros do Sub-Comité:

- i. Angola
- ii. Botswana
- iii. Chade
- iv. Côte D'Ivoire
- v. República Democrática do Congo
- vi. Guiné Equatorial
- vii. Maurícias
- viii. República do Níger
- ix. Senegal.
- x. Sierra Leone
- xi. Sudão do Sul
- xii. Tunísia
- xiii. Zâmbia

C. AGENDA

3. A agenda foi adoptada da seguinte maneira:

- a) Abertura da Reunião
- b) Adopção do Projecto da Agenda
- c) Considerações pela Comissária do Comércio e Indústria
- d) Relatório da 20ª Conferência da UA dos Ministros da Indústria (CAMI-20), realizada em Junho de 2013, em Nairobi, Quénia.
- e) Relatório da 8ª Conferência da UA dos Ministros do Comércio (CAMoT-8), realizada em Outubro de 2013, em Adis Abeba, Etiópia
- f) Informação actualizada sobre os Acordos de Parceria Económicas (APE)
- g) Informação sobre os Resultados da 9ª Conferência Ministerial da OMC, Dezembro de 2013
- h) Informação sobre a execução do Plano de Trabalho e Orçamento de 2013 até 10 de Dezembro de 2013 e Plano de Trabalho e orçamento de 2014

- i) Informação sobre a 3ª Conferência da UA dos Ministros Responsáveis pelo Desenvolvimento dos Recursos Minerais, Maputo, Moçambique, de 13 a 17 de Dezembro de 2013.
- j) Diversos

D. DISCURSO DE ABERTURA

4. A reunião foi presidida por S. E. Suzan Sikaneta, Embaixadora da Zâmbia, que deu boas-vindas aos Membros do Subcomité e saudou a presença da Comissária e da Directora para o Comércio e Indústria, S.E. Sra. Fatima Haram Acyl e Sra. Treasure Maphanga respectivamente, na reunião. Ela declarou a reunião aberta e incentivou a participação activa dos membros do Subcomité.

E. INTERVENÇÃO DA COMISSÁRIA PARA A INDÚSTRIA E COMÉRCIO

5. S.E. Fatima Haram Acyl, Comissária para Comércio e Indústria, prestou informação sobre o estado da execução de todas as actividades do seu departamento durante o ano de 2013. Ela informou a reunião sobre a necessidade de a África falar a uma só voz nas negociações multilaterais de comércio para evitar pressão dos países desenvolvidos e estar em harmonia com a agenda de integração comercial africana.

- (i) Em relação ao Acto de Crescimento e Oportunidade (AGOA), a questão mais fundamental a prosseguir é a falta aparente de prorrogação do Acto até Outubro de 2014. A Comissária indicou que a prorrogação do AGOA não foi automática uma vez que o Governo dos EUA irá avaliar o impacto da assinatura por África dos Acordos de Parceria Económica antes de tomar decisão.
- (ii) No que diz respeito às negociações da OMC, ela informou a reunião que a conclusão da 9ª Conferência Ministerial da OMC em Bali precisa de ser apreciada pelos Estados-membros Africanos a fim de avaliar as implicações do pacote de Bali.
- (iii) Informou a reunião que as negociações dos Acordos de Parceria Económica (APE) têm sido prolongadas por mais de uma década e agora representavam uma ameaça ao programa de integração de África. Acrescentou que a Comissão propunha que a questão das negociações dos APE fosse incluída na Cimeira África-UE a ter lugar em Abril de 2014.
- (iv) Vários desafios que o departamento enfrentava no exercício do seu mandato, incluindo escassos recursos técnicos e financeiros foram levantados. Isto era mais um motivo para o Subcomité discutir o

orçamento e o plano de trabalho aprovados para 2014 e apreciar o relatório de execução orçamental de 2013.

- (v) Ela conclui enfatizando também sobre a necessidade de uma coordenação adequada, trabalho de equipa, compromisso e liderança se a África pretender colher plenos benefícios e ganhos das diversas plataformas de negociações de comércio a nível bilateral, regional e multilateral.

F. ANÁLISE DO RELATÓRIO SOBRE A 20ª CONFERÊNCIA DA UA DOS MINISTROS DA INDÚSTRIA (CAMI-20)

6. A Comissão informou o Subcomité sobre a 20ª Sessão Ordinária da CAMI, com incidência sobre as principais recomendações e nas duas declarações d Ministeriais que foram adotadas, a saber:

- Declaração de CAMI-20 de Nairobi sobre Aceleração da Industrialização em África no âmbito da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015; e
- Moção enviada ao Governo da França para reconsiderar a sua decisão de retirar-se da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO).

7. A 20ª Sessão Ordinária da CAMI realizou-se sob o tema “Acelerar a Industrialização em África no âmbito da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015”. Adoptou várias recomendações incluindo a necessidade de os Governos Africanos mobilizarem recursos para o desenvolvimento da industrialização em toda a África através de alocação de recursos nos seus orçamentos nacionais, apoitando o potencial da parceria do sector privado, bem como promovendo maior cooperação Sul-Sul neste esforço. Lamentou também a decisão da França de se retirar da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), uma vez que a UNIDO contribui para o apoio de esforços de industrialização em África.

8. A reunião apreciou o resumo abrangente e fez as seguintes observações:

- (i) A necessidade de considerar sobre seria necessário estabelecer um mecanismo para a Cooperação Sul-Sul através da qual os negócios poderiam tirar vantagens, uma vez que já existem mecanismos de parcerias ao nível da União Africana.
- (ii) A reunião notou uma aparente desconexão entre as decisões tomadas pelos órgãos políticos e a real implementação que é feita pelos Estados-membros, uma vez que se destinam a Impulsionar o Comércio Intra-Africano e a Zona de Livre Comércio Continental (BIAT/ZLCC) e a Estratégia para Desenvolvimento Industrial Acelerado de África (AIDA),

por exemplo, e pediu esclarecimento sobre a forma como a Comissão irá monitorar e acompanhar as decisões tomadas na área do Comércio e Indústria aos níveis nacional e regional.

- (iii) Uma preocupação foi levantada pelo facto do relatório não ter incluído estatísticas sobre os níveis de industrialização em toda a África, bem como sobre a dimensão da pobreza do género. Estes países deveriam incluir o posicionamento dos países e setores que oferecem modelos para outros países para emular as melhores práticas.
- (iv) A reunião quis saber o motivo da baixa participação das CER na conferência.
- (v) Também pediu-se esclarecimento sobre as possíveis razões de baixos níveis de mobilização de recursos internos para a implementação da agenda de desenvolvimento industrial de África.
- (vi) A reunião observou ainda que o relatório deveria ter apelado para a alocação de uma percentagem do orçamento dos Estados-membros dedicada ao Desenvolvimento Industrial, semelhante a decisão de Maputo sobre Agricultura.

9. A Comissão respondeu da seguinte maneira:

- (i) Em relação à questão de Mecanismos de Cooperação Sul-Sul e potencial de duplicação com as parcerias estratégicas da UA, a Comissão respondeu que a Cooperação Sul-Sul neste contexto era parte do quadro das Nações Unidas adoptado durante a 64ª Sessão da Assembleia-geral das Nações Unidas (documento de Resultados de Nairobi da Conferência das Nações Unidas de Alto Nível sobre a Cooperação Sul-Sul 64/222, de 21 de Dezembro de 2009) em relação à participação do setor privado. Neste sentido, não havia duplicação directa com os mecanismos de parceira existentes.
- (ii) A Comissão notou o desafio em relação à ausência de uma estratégia de Monitorização e Avaliação da AIDA. Acrescentou o Departamento está em vias de estabelecer um Observatório do Comércio Africano que poderá prestar apoio técnico e dados estatísticos viáveis à Divisão da Indústria na busca do cumprimento do seu mandato de monitorização e avaliação. Haverá capacitação durante o ano de 2014 e a assistência técnica pode ser obtida dos parceiros de desenvolvimento
- (iii) As apresentações feitas na reunião dos Altos Funcionários incluíam dados estatísticos detalhados sobre os níveis de industrialização de

África. Entretanto, o relatório ministerial atentava mais sobre as recomendações políticas. A preocupação sobre as mulheres e os jovens foi abrangida no âmbito de Promoção do Empreendedorismo do Sector Privado e desenvolvimento do SMI para emprego sustentável e capacitação económica das mulheres e dos jovens, na página 11 do relatório.

- (iv) A Comissão explicou que todas as CER foram convidadas para esta reunião, uma vez que a sua contribuição na industrialização é fundamental para o continente, entretanto, apenas três (3) CER participaram devido a certos constrangimentos que a CUA precisa investigar mais.
 - (v) A Comissão confirmou o desafio de baixos níveis de mobilização de recursos internos para o desenvolvimento industrial, entretanto, indicou que esforços estão a ser feitos pela CUA e UNECA para mobilizar o apoio dos Ministros Responsáveis pelas Finanças, Economia e Planificação, por exemplo, durante a Conferência Ministerial Conjunta realizada em Abidjan em Março de 2013, bem como na próxima 7ª Conferência em Março de 2014 em Abuja, Nigéria. Tanto quanto a Comissão sabe, precisamos de falar da importância de fontes alternativas para o financiamento da iniciativa.
 - (vi) Finalmente, a Comissão afirmou que os órgãos políticos da UA, durante a Cimeira de Janeiro de 2014, podem querer emitir uma forte declaração de apoio político ao processo de industrialização através de atribuição de uma percentagem dos orçamentos nacionais para o efeito. Isto pode ser incluindo no projecto de decisão.
10. (ix) Recomendações:
- (i) A Comissão precisa de criar um portal de dados estatísticos para monitorar os níveis de industrialização, incluindo as melhores práticas e experiências de desenvolvimento industrial reconhecidas em todo o continente.
 - (ii) Os Estados-membros devem alocar uma certa percentagem das suas atribuições nacionais para a industrialização.
 - (iii) O DCI e o Departamento dos Assuntos Económicos trabalhem em estreita colaboração nos preparativos da próxima 7ª Conferência Ministerial Conjunta, a fim de garantir resultados benéficos para o desenvolvimento da industrialização em África.

G. ANÁLISE DO RELATÓRIO DA 8ª CONFERÊNCIA DA UA DOS MINISTROS RESPONSÁVEIS PELO COMÉRCIO (CAMOT 8)

11. A Comissão apresentou o relatório da 8ª CAMoT seguido por uma informação abrangente apresentada pela Comissária para o Comércio e Indústria sobre o resultado da 9ª Conferência Ministerial da OMC, realizada em Bali, Indonésia, de 3-7 de Dezembro de 2013. A Comissária informou a reunião que foi alcançado um acordo em Bali, onde as negociações incidiram sobre a facilitação do comércio, questões de desenvolvimento e agricultura. Entretanto, ela deplorou a falta de unidade entre os países africanos, que não puderam falar a uma só voz durante as negociações. A Comissária sublinhou que a prioridade mais crítica era dos Ministros do Comércio avaliarem as implicações do Pacote de Bali e prepararem-se para a sua implementação. Indicou ainda ser igualmente fundamental uma avaliação contínua da CUA em colaboração com a CEA, para a preparação Pós-Bali em 2014.

12. O Subcomité do CRP tomou nota do relatório e recomendou que seja preparado um projecto de Decisão para ser apresentado pelo Comité de Alto Nível sobre o Comércio Africano à Assembleia-geral, conforme consta no projecto da Agenda da Cimeira.

13. O Subcomité concordou que uma reunião de acompanhamento fosse realizada em 13 de Dezembro de 2013, a fim de concluir a análise do Relatório, especialmente no que diz respeito às Declarações sobre os APE e AGOA.

14. A reunião foi encerrada pela Presidente com anuência do Subcomité, até 13 de Dezembro de 2013.

H. ANÁLISE DO RELATÓRIO DA 8ª CONFERÊNCIA DA UA DOS MINISTROS DO COMÉRCIO (CAMOT 8) – continuação

15. O Subcomité abordou este ponto de Agenda em duas fases. Na primeira fase, questões ligadas a relações da parceria África-UE no âmbito dos Acordos de Parceria Económica (APE) e na última fase, todas as questões que dizem respeito a relações comerciais África-USA e ao abrigo do Acto de Crescimento e Oportunidades Africanas (AGOA).

APE:

16. Na apresentação da Declaração sobre os APE, a Comissão sublinhou o seguinte:

- (i) Que a UE trabalhe em estreita colaboração com a UA para garantir que os APE sejam priorizados em todas as fases de preparação e sejam parte da Agenda da Cimeira África-UE;

- (ii) Que os Estados-membros da UA e todas as outras partes interessadas, em particular, as CER, configurações APE da UA, sector privado e sociedade civil trabalhem em estreita colaboração para garantir que seja mantida e reforçada a unidade, coesão e a solidariedade, a fim de garantir o melhor resultado possível das negociações dos APE;
- (iii) Que a UA está preocupada pelo facto da Iniciativa de Matérias-Primas da UE (RMI), reflectida igualmente nos APE, terá um impacto negativo na extração, beneficiação e comércio de recursos naturais de África e irá dificultar o alcance dos nossos objectivos de industrialização e desenvolvimento, bem como prejudicar o processo de negociação dos APE;
- (iv) Que o comércio e a indústria são sectores sensíveis para o desenvolvimento de África e, nesse sentido, a Comissão solicitou o apoio político dos membros do Subcomité para informar os seus respectivos Ministros dos Negócios Estrangeiros/Relações Exteriores e Chefes de Estado e de Governo na defesa da inclusão da questão dos APE na Agenda da Cimeira África-UE, prevista para Abril de 2014.

17. A reunião realçou a necessidade da Declaração sobre os APE a ser discutida cuidadosamente ao nível do CRP, devido ao número de assuntos contenciosos em relações aos Estados-membros nestas negociações fragmentadas que presentemente decorrem com a UE.

18. A reunião tomou nota do relatório e recomendou que a Comissão convoque uma reunião especial do CRP sobre as negociações dos APE em curso a fim de abordar as preocupações dos Estados-membros antes da Cimeira África-UE de Abril de 2014. A urgência da reunião pré-cimeira é de permitir as nações africanas falar a uma só voz nas próximas negociações dos APE com a UE.

AGOA:

19. A Lei do Crescimento e Oportunidade para África (AGOA) é uma política fundamental, que visa impulsionar as relações comerciais e de investimento entre África-EUA por meio de incentivo ao comércio e ao investimento entre África e os EUA.

20. A Comissão informou o Subcomité sobre o acolhimento, nas instalações da CUA, pelo Governo da República Federal Democrática da Etiópia, do 12º Fórum de AGOA, de 9 a 13 de Agosto de 2013, com distinta participação de vários estadistas dos EUA e delegados provenientes de 39 países africanos elegíveis ao AGOA. Conforme dito pela maioria dos Ministros do Comércio africanos, muitos países não beneficiaram em pleno do acordo de comércio de AGOA devido a sua incapacidade de alcançar altos níveis de padrões e critérios de qualidade fixados pelos mercados dos EUA. Entretanto, destacou-se a crescente necessidade de África de uma

estrutura adequada, energia, assistência técnica, recursos financeiros e humanos, transporte e desenvolvimento logístico deve ser satisfeita se alguma vez a África pretende beneficiar dos tais acordos de comércio.

21. Todavia, o pedido dos Ministros para a prorrogação do AGOA por pelo menos 15 anos e a flexibilidade dos critérios de elegibilidade para AGOA faz parte de uma revisão abrangente que está a ser feita pelos EUA em relação aos benefícios tanto para a África como para os EUA, dos últimos 13 anos da sua vigência, bem como do impacto sobre o programa de outros acordos multilaterais.

22. O Subcomité do CRP tomou nota do relatório e suas recomendações e exortou o Grupo Africano de Embaixadores em Washington DC para continuar os seus valiosos esforços, com apoio da CUA e da UNECA a assegurar a prorrogação do AGOA.

23. Em seguida, a reunião recomendou que uma Delegação da Comissão da União Africana, incluindo, possivelmente, a Presidente, a Comissária para o Comércio e Indústria, CER e Membros do CRP, seja enviada aos EUA para contactos com os seus homólogos dos Estados Unidos sobre a prorrogação contínua da AGOA e questões relacionados.

I. Execução Orçamental para 2013

24. O Subcomité foi informado sobre a Execução orçamental do DTI para o ano de 2013.

25. A Comissão apresentou um relatório preliminar sobre o desempenho do departamento em 2013.

26. A Comissão aproveitou a oportunidade para chamar atenção do Subcomité sobre a existência de deficit de financiamento de assistência técnica no Orçamento do Programa para 2014, sobre a necessidade de facilitar o recrutamento de pessoal para permitir que o DCI cresça significativamente e possa corresponder às suas responsabilidades preconizadas para o ano de 2014 e além, especialmente à medida que o continente avança para as fases cruciais de negociações comerciais da arquitectura da Zona do Comércio Livre Continental (ZCLC) em África conforme aprovado pela Cimeira de 2012.

27. Entretanto, o Departamento chamou a atenção dos Estados-membros sobre a dificuldade de garantir finanças em relação a programação de actividades para 2014, em particular no que diz respeito ao estabelecimento de um Conselho Empresarial Africano, um Observatório do Comércio, o fórum de Negociações-ZCLC, a Plataforma de Monitorização de Investimentos, o Secretariado da ICU para AIDA, a criação de uma Unidade de ZCLC ao nível do Departamento, o Secretariado da BIAT/ZCLC, uma Compilação de Dados Aduaneiros e de Comércio

e muitas outras actividades transversais que tocam todas as três divisões dentro do Departamento.

28. A reunião notou os desafios e as realizações e reiterou a determinação dos Estados-membros de criar a Zona de Comércio Livre Continental e impulsionar o desenvolvimento industrial através de advocacia ao nível do CRP para aprovação de mais fontes de financiamento e assistência técnica de potenciais parceiros de desenvolvimento.

29. Ressaltando a grande importância que o Departamento de Comércio e Indústria contribui para o desenvolvimento económico sustentável de África, o Subcomité recomendou então que o Departamento seja capacitado com financiamento e recrutamento de pessoal, uma vez ser o Departamento com menos financiamento e igualmente com escassez de pessoal. O Subcomité elogiou a Comissária e o Departamento de Comércio e Indústria pelo seu desempenho excepcional e garantiu o apoio do Subcomité do CRP, incluindo a sua disponibilidade para participar em missões de averiguação sobre os progressos realizados a nível nacional e regional, no esforço colectivo para facilitar a transformação económica de África.

30. Embora reconhecendo os recursos financeiros complementares que as agências doadoras internacionais contribuem para o recrutamento e os salários de alguns funcionários do Departamento de Comércio e Indústria, a reunião apelou para mais compromissos na mobilização de recursos para rectificar essa situação para fins de sustentabilidade.

Informação sobre a Agenda da 3ª Conferência da UA dos Ministros Responsáveis pelo Desenvolvimento dos Recursos Minerais

31. A reunião acordou esperar pelos resultados da reunião Ministerial de Maputo, Moçambique, e adiar os debates para a próxima reunião do Subcomité do CRP depois da Cimeira de Janeiro de 2014.

Diversos e Encerramento

32. Não foi levantada nenhuma questão no âmbito do ponto Diversos e a reunião foi encerrada com palavras de agradecimentos da Presidência para todos os membros do Subcomité pelas suas valiosas contribuições.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2014

Relatório Do Subcomité Sobre Questões Económicas E Do Comércio

União africano

União Africano

<http://archives.au.int/handle/123456789/4061>

Downloaded from African Union Common Repository